

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO SNIG (CO-SNIG)

ATA DA 16ª REUNIÃO

Data: 23 de junho de 2016

Hora de início: 10h00m

Hora de fim: 13h35m

Local: Direção-Geral do Território (DGT) - Rua Artilharia Um, 107, Lisboa

Presidência: Subdiretor-Geral da DGT, Mário Caetano

Participantes

Estiveram presentes os seguintes membros do CO-SNIG:

- Mário Caetano, DGT;
- Joaquim Pinto da Costa, Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Luís Baltazar, Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Maria João Bessa, Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP);
- João Carlos Verde, Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Ana Branco, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF);
- Nuno Vicente, Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE);
- Rui Pinto da Silva, Instituto Hidrográfico (IH);
- Ana Santos, Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE);
- Aurete Pereira e Gabriel Luís, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG);
- Ricardo Deus, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;

- António Perdigão, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);
- João Falcão, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.;
- Henrique Tato Marinho, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- Marlene Antunes, Serviço Regional responsável pelas atividades de cartografia e de informação geográfica na Região Autónoma dos Açores;
- Duarte Costa, Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais – DROTA da Região Autónoma da Madeira, por skype.

Outros participantes da DGT: Alexandra Fonseca, Ana Luísa Gomes, André Serronha, António João Herdeiro, Danilo Furtado, Henrique Silva, Paulo Patrício e Vanda Bica.

Agenda

1. Abertura
2. Aprovação da agenda
3. Informações
4. Preparação da 4ª reunião do Sub-group on Policy of the INSPIRE Maintenance and Implementation Group (MIG-P)
5. Aprovação da proposta de alteração do DL 180/2009, atualizado pelo DL 84/2015
6. Discussão da Monitorização do Plano de Ação para resolver lacunas na implementação e no cumprimento da Diretiva INSPIRE em Portugal
7. Preparação da Conferência Nacional de Infraestruturas de Informação Geográfica 2016 (CNIIG'2016)
8. Grupos de Trabalho INSPIRE: ponto de situação
9. Outros assuntos
10. Conclusões

1. Ponto 1 da Agenda - Abertura

Mário Caetano abriu a reunião, agradecendo a presença de todos.

Informou os presentes que o objectivo principal da reunião era a discussão pelos membros do CO-SNIG, dos documentos disponibilizados pela Comissão Europeia (CE), de modo a preparar a próxima reunião do Sub-group on Policy of the INSPIRE Maintenance and Implementation Group (MIG-P) onde os mesmos irão ser discutidos.

2. Ponto 2 da Agenda - Aprovação da agenda

De seguida, Mário Caetano apresentou a Agenda da Reunião que pôs à consideração dos presentes, propondo que se iniciasse pelo ponto 4 da ordem de trabalhos. A Agenda foi aprovada por unanimidade.

3. Ponto 4 da Agenda - Preparação da 4ª reunião do Sub-group on Policy of the INSPIRE Maintenance and Implementation Group (MIG-P)

No sentido de dotar os presentes de uma visão geral sobre os documentos em apreciação na reunião do MIG-P, Paulo Patrício apresentou o “INSPIRE REFIT - *information doc* [DOC3]” onde se sumariza a abordagem / avaliação da implementação da Directiva, cujo documento final estará fechado em Julho de 2016. É feito o ponto de situação da implementação da Directiva nos vários países, tendo-se a perspectiva de que há grandes variações no que se refere à partilha de dados (política de dados), não sem se afirmar que houve uma evolução no reporte de dados. Sugere-se mesmo que os diferentes países se debrucem prioritariamente sobre os conjuntos de dados referentes às directivas ambientais, e na respectiva partilha sem limitações.

A APA refere que o documento procura enfatizar que não se pretende apenas suportar as necessidades de disponibilização e partilha de dados que têm implicações nas directivas ambientais.

Mário Caetano sublinha o atraso de Portugal na publicação de serviços. Contudo tem uma expectativa positiva quanto à situação no final do ano, e recomenda a todos que leiam o documento.

Paulo Patrício passou de seguida a apresentar sumariamente o documento principal que estará em discussão na reunião do MIG-P, INSPIRE MIWP_*revised_Main part* [DOC5], explicando o objetivo que a Comissão pretende com o mesmo.

Mário Caetano sublinha a importância dos contributos dos presentes, alguns dos quais foram enviados previamente. Lembra que os temas da Directiva correspondem globalmente a Informação Geográfica (IG), sendo a sua aplicabilidade mais abrangente que as questões ambientais.

Paulo Patrício refere os novos anexos apresentados, INSPIRE MIWP *Annexes final draft* 1.0 [DOC6], cujos objectivos primeiros são: Simplificação de processos para ir de encontro aos utilizadores (*Fitness for Purpose*); simplificação da monitorização da implementação da Directiva em 2019, através da automatização a partir dos metadados apresentados pelos países membros e diminuição de indicadores (*End user applications*); Para o tema (*Alignment with national, EU and international policies/initiatives*) nada foi apresentado; finalmente, pretende-se incrementar o suporte aos Estados-Membros (EM) face ao posicionamento dos mesmos quanto à falta de apoio e dificuldade de implementação da Directiva (*Continued support to implementation*)

Mário Caetano sugere que os presentes façam as considerações que entenderem sobre o assunto, apesar do pouco tempo havido para analisar os documentos.

António Perdigão refere que os temas apresentados são propostas da Comissão, indicando no entanto, o factor de risco com a sua implementação. Sublinha contudo, a pouca coerência dos mesmos, principalmente quando as propostas apresentam alguma complexidade e dependências de terceiros. Aliás, refere mesmo que para assuntos como o tema solos, a CE solicita a mesma informação a entidades diversas e pretende que sejam essas mesmas entidades a coordenarem-se na resposta, em vez de apenas questionarem os organismos competentes.

Joaquim Pinto da Costa sublinha a dificuldade de aplicação dos critérios de implementação face às orientações básicas e pouco suportadas da própria Comissão.

António Perdigão alerta para a falta de estratégia da CE quanto aos indicadores de desenvolvimento sustentável.

Aurete Pereira sugere que a CE trabalhe de modo mais próximo com os EMs, no sentido de mais facilmente concretizar as acções.

Mário Caetano propõe que se distribuam estes documentos pelos Grupos Temáticos INSPIRE, identificando as actividades que os mesmos deverão avaliar e desenvolver.

António João Herdeiro sublinhou a necessidade dos EMs se unirem antecipadamente na reunião do MIG-P no sentido de pressionar a Comissão para as matérias de simplificação e para as dificuldades de implementação de algumas medidas, face às condições económicas e financeiras de alguns países que saíram de situações de ajuda externa. Sugere que se proponha ajuda da CE através de instrumentos financeiros exclusivos para apoio à implementação da Directiva INSPIRE.

Paulo Patrício refere a dificuldade de chegar a estas reuniões e conseguir aprovar propostas deste tipo por todos os delegados.

António João Herdeiro refere que estes acordos deverão ser previamente tratados de modo a poder alcançar resultados por *lobbying*.

Ana Santos, INE, considera que a CE não promove a articulação de dados com outras iniciativas relevantes no domínio da IG, nomeadamente o *Framework* geoespacial para fins estatísticos e a *Global Geospatial Information Management* das Nações Unidas (UN-GGIM), cujos dados são relevantes e necessários e ficam de fora na articulação com as Directivas Ambientais.

Paulo Patrício refere não entender porque não existe articulação entre as várias entidades envolvidas como é o caso do JRC e da Agência Europeia do Ambiente.

Refere ainda Ana Santos, INE, que para a criação de indicadores de desenvolvimento sustentável, não se sabe qual a IG necessária. Não é perceptível porque os CDG ainda não foram definidos.

António Perdigão sublinha a falta de estratégia da CE.

Paulo Patrício fez de seguida a apresentação de “Information Document on on-going activities and developments...”, referindo as apresentações submetidas à conferência INSPIRE. Referiu que o novo Geoportal que está a ser desenvolvido por consórcio germano-italiano deverá estar disponível no último semestre de 2016.

Foi abordada por Mário Caetano a existência de instrumentos não dedicados para financiamento de actividades INSPIRE, informando que a própria DGT elaborou um projeto que foi submetido ao SAMA, e aprovado, com propostas de financiamento de actividades ligadas à implementação da Directiva.

Aurete Pereira (LNEG), informou que têm surgido algumas call de instrumentos financeiros e referiu as sugestões que fez anteriormente para candidaturas conjuntas.

Mário Caetano mencionou as oportunidades oferecidas pelo Portugal 2020, e incentiva os presentes a fomentarem nos seus organismos, candidaturas que incluam actividades INSPIRE.

4. Ponto 5 da Agenda - Aprovação da proposta de alteração do DL 180/2009, atualizado pelo DL 84/2015

Mário Caetano passou à apresentação da proposta de revisão do DL 180/2009, consequência do EUPilot referente à necessidade de completar e corrigir um reduzido número de artigos no âmbito da transposição da Directiva INSPIRE por Portugal. Agradeceu os contributos de algumas entidades que já estavam reflectidos no

documento que passou a mostrar e pôs à discussão. Uma das principais questões levantadas teve a ver com a obrigatoriedade de inclusão nos Planos de Actividades dos organismos representados, das acções relativas ao SNIG e INSPIRE propostas e apresentadas anualmente por cada entidade ao CO-SNIG. A DGRM, por Henrique Tato Marinho e a APA, através de Joaquim Pinto da Costa, fizeram eco da posição das respectivas entidades no sentido de que se trata de obrigações do próprio Estado pelo que são actividades inerentes ao funcionamento das próprias instituições, devendo a assunção daquelas actividades ser automática. Consideram que pelo contrário, o articulado proposto poderá ter conotações adversas, pelo que deverá ser retirado. Esta proposta acolheu a aprovação de todos, saindo assim o ponto 2 do artigo 24º da proposta de alterações ao DL e reformulando-se o articulado do ponto 1, que passará a ter a seguinte redação:

1. As Autoridades públicas serão convidadas a apresentar anualmente ao CO-SNIG até 31 de Março, um plano de acção para cumprimento das obrigações definidas no presente diploma, bem como um relatório das acções promovidas no ano ou anos anteriores.

Mário Caetano passou de seguida a informar dos trâmites que a proposta deverá seguir. Numa primeira fase, será remetido aos membros do CO-SNIG por correio electrónico, que deverão posteriormente obter a aprovação dos seus dirigentes máximos, para ser então remetido à tutela.

Ainda sobre este ponto Mário Caetano fez sentir aos presentes o seu desconforto no que se refere à composição do CO-SNIG, já que os critérios que presidiram à escolha de entidades não surgem atualmente de forma clara e transparente. Percebe-se que deverão estar presentes as entidades produtoras de informação geográfica relacionada com as directivas ambientais, mas existem mais produtores de IG que não estão presentes, pelo que questiona os presentes sobre a melhor forma de proceder à reformulação da composição do CO-SNIG e seu potencial alargamento. Refere ainda que as entidades da RPF INSPIRE Core que se mostram mais desligadas são as que não fazem parte do CO-SNIG.

António Perdigão (DGADR) partilha da opinião de alargamento a outras entidades, no que é secundado por Ana Branco (ICNF).

Luís Baltazar da APA refere que o importante é reforçar a componente política do CO-SNIG.

André Serronha (DGT) alerta para a área dos transportes que não tem nenhuma entidade a representar o tema.

Ana Santos (INE) sublinha que as entidades com obrigações INSPIRE têm de estar envolvidas. E considera importante o envolvimento das tutelas.

Ricardo Deus (IPMA) considera que separar o SNIG do INSPIRE poderá obrigar a criar uma entidade de nível superior ao actual. E isso far-se-á ao nível dos Secretários de Estado?

Mário Caetano refere que a questão principal é o SNIG, pois os dados são reportados através dele para a CE.

António João Herdeiro faz o paralelo com outros conselhos e comissões e refere que é possível ultrapassar a questão com a existência de um representante da Secretaria de Estado e alguém do gabinete do Primeiro-ministro, ou da Presidência do Conselho de Ministros, nas reuniões do CO-SNIG.

Mário Caetano referiu então que fará uma proposta à tutela para que na constituição do CO-SNIG estejam representadas todas as entidades com responsabilidades na produção de IG em Portugal, e ainda um representante da tutela da DGT e um representante da Presidência do Conselho de Ministros.

5. Ponto 7 da Agenda - Preparação da Conferência Nacional de Infraestruturas de Informação Geográfica 2016 (CNIIG'2016)

Mário Caetano questionou a assembleia se haveria entidades voluntárias para a Comissão organizadora da CNIIG'2016. Marlene Antunes (RAA) disponibilizou-se para apoiar, enquanto as restantes entidades irão responder posteriormente, tendo sido realçado que a conferência deverá ser divulgada até meados de Setembro.

6. Ponto 4 da Agenda - Preparação da 4ª reunião do Sub-group on Policy of the INSPIRE Maintenance and Implementation Group (MIG-P)

Voltou-se ao ponto 4 da agenda para uma apresentação de Alexandra Fonseca (DGT) sobre o documento a ser discutido na reunião do MIG-P, "INSPIRE *List of priority data sets* [DOC10]".

Mário Caetano questionou-se porque só agora a CE disponibiliza um documento destes, alertando que há outras iniciativas europeias para as quais deveria ser feito o mesmo exercício.

Joaquim Pinto da Costa (APA) reflecte sobre as questões de implementação, quando se constata que é a própria CE a não harmonizar conceitos, e pior ainda quando as Directivas não se encontram todas no mesmo estado de implementação. Sugere mesmo que face à não estruturação de muitos CDG, por falta de coordenação inter directivas, se deverá dar prioridade aos CDG de cada Directiva, para que os diferentes

EMs trabalhem ao mesmo tempo na mesma direcção. Considera que este posicionamento deverá ser defendido na reunião do MIG-P.

Não havendo outros assuntos a tratar, Mário Caetano deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, bem como os contributos apresentados.